

Suécia apoia o aborto seguro em Moçambique  
***- mais mulheres e raparigas terão acesso aos serviços  
de prestação de aborto seguro em Moçambique-***

A Suécia e o Ipas iniciaram em Dezembro de 2016, uma colaboração que visa expandir o acesso das mulheres e raparigas aos serviços abrangentes de aborto seguro e contraceção em Moçambique, no âmbito da implementação da Lei de Acesso ao Aborto Seguro aprovada pelo Parlamento em 2014.

O programa vai trabalhar no sentido de aumentar o conhecimento, as oportunidades e a capacidade das mulheres e raparigas para que tomem decisões informadas e seguras em relação ao aborto, cuidados e meios contraceptivos.

O Ipas é uma organização internacional sem fins lucrativos que trabalha para aumentar a capacidade das mulheres de exercer os seus direitos sexuais e reprodutivos e reduzir a mortalidade materna causada por abortos inseguros.

Em Moçambique, o Ipas trabalha em estreita colaboração com o Ministério da Saúde (MISAU) e é membro do Grupo Técnico do Aborto no MISAU, contribuindo para o desenvolvimento do regulamento e das normas e directrizes para a prestação de serviços abrangentes de aborto.

Segundo dados estimados pelo Ministério da Saúde, cerca de 11% da mortalidade materna é devida ao aborto inseguro e à natureza clandestina desta actividade. Actualmente, os serviços de prestação do aborto seguro estão disponíveis apenas nas províncias urbanas do sul do país. O presente programa focalizar-se-á nas províncias de Nampula e Zambézia, onde há pouco ou nenhum serviço de prestação de abortos e alguns dos piores indicadores de saúde sexual e reproductiva.

No âmbito deste programa, será realizado um esforço significativo para garantir que as partes interessadas do sistema de saúde sejam sensibilizadas, estejam comprometidas e possuam conhecimentos e habilidades necessárias para prestar serviços de aborto acessíveis e de boa qualidade.

Os serviços abrangentes de prestação do aborto seguro incluindo o aborto seguro induzido, tratamento de complicações resultantes do aborto, contraceção pós-aborto e tratamento da dor - e os serviços de anticoncepcionais (dirigidos também para os adolescentes) são necessários porque permitem que mulheres e raparigas tenham a capacidade de decidir sobre a sua própria reprodução, que é um precursor necessário da sua habilidade de participar plenamente na

sociedade, inclusive frequentar a escola, ter acesso a um emprego digno e participar activamente na esfera política.

“A saúde e direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos fundamentais para a consecução da igualdade de género, redução da pobreza e desenvolvimento sustentável.

Este apoio é uma parte fundamental da política externa feminista da Suécia.” – Irina Schoulgin Nyoni, Embaixadora da Suécia em Moçambique.

Este programa terá a duração de três anos (Dezembro 2016- Dezembro 2019) e conta com uma contribuição sueca de aproximadamente USD 5 milhões de dólares norte americanos.

**vertical n° 3.723 pag.2/3, 02.03.2017**